

## ● Direcionamento para uma Verdadeira Política Nacional de Turismo: Propostas Ousadas

● *Marcelo Parreira Veloso\** e *João dos Santos Filho\*\**

### Resumo

Vamos discutir nesse artigo o direcionamento do turismo no Brasil na perspectiva da formulação de uma Política Nacional de Turismo. Este direcionamento passa, evidentemente, pela inserção do poder público nas ações e reações que se estabelecem no interior da sociedade brasileira.

 Instituto  
Virtual de  
Turismo  
[www.ivt-rj.net](http://www.ivt-rj.net)



Laboratório de Tecnologia e  
Desenvolvimento Social



## Introdução

Vamos discutir o direcionamento do turismo no Brasil na perspectiva da formulação de uma Política Nacional de Turismo. Este direcionamento passa, evidentemente, pela inserção do poder público nas ações e reações que se estabelecem no interior da sociedade brasileira. E é a partir desse pressuposto que propomos os seguintes pontos para serem analisados.

O primeiro princípio de toda política pública no campo do turismo deve demonstrar preocupação para com o **TURISMO INTERNO** e o **TURISMO RECEPTIVO**, deve ser uma consequência natural desse processo, pois as direções dadas às políticas públicas devem ser voltadas para o povo de uma nação, esse é o princípio básico de qualquer governo de expressão popular e voltado para os interesses nacionais.

Com isso reafirmamos que a **POLÍTICA DE TURISMO DEVE SER VISTA COMO INVESTIMENTO NO CAMPO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E NO SOCIAL**, pois o turismo é uma atividade que só existe em razão direta das outras áreas. Pensar em turismo é exigir que os planos de governo na esfera municipal, estadual e federal sejam elaborados pensando na qualidade de vida da população dando bases para que seja agilizado o aproveitamento do tempo livre da população, com isso ratificamos que os lazeres se constituíram no amalgama que deve solidificar toda e qualquer política pública.

Com isso o turismo retomaria sua importância nos planos de governo e deixaria de ser visto como investimento supérfluo ou só como fluxo receptivo na perspectiva quantitativa como ocorre em países que acabam criando o turismo apartad ou de exclusão, como acontece em certos países europeus e tropicais.

O segundo refere-se ao estabelecimento de uma política de "**ESTRUTURAÇÃO REGIONAL DA EMBRATUR**", atendendo de maneira efetiva todos os Estados brasileiros por meio da implantação das suas seccionais com poderes de "pesquisa", "fiscalização", "promoção", "divulgação" e "coordenação" do turismo, dentro de uma proposta integradora de ações entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, iniciativa privada, instituições de ensino superior e organizações não governamentais. Essas seccionais devem ser implantadas pelo poder público federal constituído através de organograma pertinente a cada estado, considerando o seu grau de inserção no turismo, com a estrutura mínima de: 01 Superintendência Regional ou estadual, 03 gerências (mercado e pesquisa, institucional e de desenvolvimento e administrativa financeira), instalações físicas e equipamentos independentes de outras instituições sejam elas públicas ou privadas do turismo.

A proposta de implantação das seccionais além de atender o propósito de descentralização de ações, permite o acompanhamento, controle e fiscalização mais amigável de toda a estrutura turística existente nos estados, além de possibilitar os registros, as pesquisas e até a inicialização de processos de investimentos e incentivos às atividades e projetos turísticos.

O terceiro item é a proposta de implantação, de maneira efetiva, em parceria com o Ministério da Educação, de **DISCIPLINA EXTRACURRICULAR "TURISMO E EDUCAÇÃO"** nas escolas de 1º grau, a serem ministradas por estudantes de turismo, em processo de estágio, pois além da proposta de divulgação, sensibilização e conscientização sobre o turismo nas escolas, há de se considerar a pertinência de proporcionar um considerável número de

\* Marcelo Parreira Veloso é Turismólogo, Professor, Especialista em Pesquisa e Docência em Turismo e Hospitalidade (UnB/DF), Consultor, Escritor e autor dos livros "Visita Técnica, uma investigação acadêmica" (Ed.Kelps: 2000, Goiânia, GO "Turismo, simples e eficiente" (Ed.Roca: 2003, São Paulo, SP).

\*\* João dos Santos Filho é Bacharel em Ciências Sociais e turismólogo - Professor e Coordenador do curso de Turismo das Faculdades Nobel. Professor da U.E.M. Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP e doutorando como aluno especial em Ciências da Comunicação pela USP.

"empregos provisórios" e possibilitar a abertura de um novo mercado para os profissionais de turismo, contabilizando aí, uma participação efetiva da iniciativa privada e dos poderes públicos municipais. A proposta elencada nesse segundo item pode ser inclusive extraída do "Apêndice A" do livro "Turismo, Simples e Eficiente" (São Paulo: Ed. Roca, 2003).

O quarto item divide-se em 2 argumentos: o primeiro refere-se ao **CONTROLE IMEDIATO DA ABERTURA DOS CURSOS DE TURISMO** bem como **DAS AUTORIZAÇÕES DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÕES**, no sentido de estabelecer padrões acadêmicos de profissionalização e qualidade. E o segundo argumento, em conseqüência ou não do controle sugerido, **LEGALIZAR E REGULAMENTAR A PROFISSÃO DO TURISMÓLOGO**.

São dois pontos de fundamental importância tanto para a estruturação do mercado turístico e sua efetiva profissionalização, como também criar mecanismos legais de atuação desses profissionais. Muitas vezes, o entendimento sobre a profissionalização passa pela "simplicidade" de uma análise exclusivamente mercadológica, não sendo considerada, a razão de qualificação e vocação técnica, acadêmica e científica, colocando em dúvida a real importância do turismo para o meio ambiente, economia, cultura, história e sociedade, ficando a mercê de alegações e argumentos que são apresentados de maneira essencialmente pessoais, sem nenhum escrúpulo.

Assim, entendemos que o direcionamento do turismo no Brasil possa ganhar caminhos que realmente leve o turista ao encantamento, admiração e à fidelidade aos nossos destinos turísticos, equipados e organizados de maneira

profissional, com qualidade, sob um efetivo controle público e privado.

O importante desses princípios está no fato que não estamos simplesmente discordando da política nacional de turismo, mas sim propondo alterações em sua essencialidade, pois a perspectiva da mesma é limitada na formulação para o desenvolvimento do turismo interno e omissa no que se refere ao turismólogo.

Até o momento a Embratur e o próprio Ministério do Turismo não se manifestaram publicamente no que se refere à regulamentação da profissão e tudo indica que permanecerão calados. Enquanto isso ocorre, certas entidades tidas como "de utilidade pública" se revestem de autoridade e se posicionam com qualificadas para certificar os turismólogos, colocando em dúvida a própria condição, estrutura e validade dos cursos superiores de graduação e pós-graduação em turismo.

Enquanto não tivermos um sindicato da categoria e uma Embratur como órgão de pesquisa, promoção e trabalhando junto aos turismólogos, dificilmente podemos pensar em um turismo social e ligado ao desenvolvimento de nosso país.

A bandeira foi hasteada, resta agora que ela seja tremulada em todo o país, no sentido de envolver não só os profissionais, professores, acadêmicos e técnicos do turismo, mas toda a sociedade, contribuindo para o direcionamento de uma verdadeira política nacional de turismo.